



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1008319-03.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Veículos**
 Requerente: **ALEXANDRE RIBEIRO SENA**
 Requerido: **Cia de Arrendamento Mercantil Renault do Brasil**

Vistos.

ALEXANDRE RIBEIRO SENA ajuizou ação contra **CIA. DE ARRENDAMENTO MERCANTIL RCI BRASIL**, alegando, em suma, que contratou o arrendamento mercantil de um veículo, com o pagamento em prestações, as quais incluem parcela atinente ao Valor Residual Garantido (VRG), mas já não consegue pagá-las, razão pela qual almeja a rescisão do contrato e a devolução de valores pagos.

Deferiu-se tutela de urgência.

Citada, a ré contestou o pedido, arguindo conexão com processo em curso nesta Vara, inépcia da petição inicial e improcedência da pretensão, pois a devolução do VRG não é automática, mas dependente do resultado da alienação extrajudicial.

Manifestou-se o autor.

É o relatório.

Fundamento e decidido.

É inacolhível a alegação de inépcia da petição inicial, a qual atende os requisitos da lei processual civil, explicitando a causa de pedir (a mora contratual) e o pedido de rescisão do contrato, com o acerto da relação jurídica.

O processo ajuizado pela ré, para reintegrar-se na posse do veículo, foi arquivado por desistência do andamento, tornando-se prejudicada a arguição de conexão.

O veículo arrendado foi restituído à ré (fls. 89 e 102).

Cuida-se de contrato de arrendamento mercantil.

Durante curto espaço de tempo o Superior Tribunal de Justiça manifestou entendimento de que "A cobrança antecipada do valor residual (VRG) descaracteriza o contrato de arrendamento mercantil, transformando-o em compra e venda a prestação" (Súmula nº 263). Mas essa Súmula foi logo cancelada, pois a orientação jurisprudencial se firmou em sentido diverso, de que a cobrança antecipada do valor residual (VRG) não descaracteriza o contrato de arrendamento mercantil. Precedente citado: EREsp 213.828 - RS. Min. Presidente Carlos Alberto Menezes Direito, em 27/8/2003. E assim prevalece. A Súmula 293 explicita: "A cobrança antecipada do valor residual garantido (VRG) não descaracteriza o contrato de arrendamento mercantil".

O autor admitiu expressamente estar em mora, pois deixou pagar as prestações mensais e pediu a rescisão do contrato, o que enseja a retomada do bem pelo arrendante. A mora do arrendatário autoriza a resolução do contrato pelo arrendante e a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

retomada da posse do bem objeto do contrato (TJSP 34ª Câmara de Direito Privado, Agravo de Instrumento nº 1.155.647-00/2 - Rel. Des. Gomes Varjão - J. 20/02/2008).

O perdimento do bem, pela inadimplência contratual, não assegura ao autor a devolução das prestações pagas, o que seria contraditório, pois deu causa ao rompimento do contrato. Tem direito à devolução do Valor Residual Garantido. E responde pelos encargos contratuais, se a alienação do bem não produzir renda suficiente para quitação.

Diante da resolução o contrato de arrendamento mercantil por inadimplemento do arrendatário, é devida a devolução do chamado VRG, pago antecipadamente, à conta de ser uma consequência da reintegração do em, assim como a compensação deste com eventual crédito existente em favor da empresa arrendante REsp 373674/PR. Rel. Min. Castro Filho, 3ª Turma, julgado em 29/6/2004).

A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Resp 1099212/RJ, sob o rito do art. 543-C do CPC, decidiu por delimitar a forma de devolução do VRG, que deverá se efetivar após a venda do bem, quando será possível compatibilizar os valores adiantados pelo arrendatário a título de Valor Residual Garantido, o valor decorrente da venda do bem, e o VRG estabelecido no contrato (AgRg no AREsp 480.694/ES, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 27/05/2014, DJe 03/06/2014).

No E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

APELAÇÃO CÍVEL. Interposição contra sentença que julgou parcialmente procedente ação ordinária. Contrato de arrendamento mercantil. Rescisão e reintegração da posse do bem ao arrendador. Necessidade de devolução, à arrendatária, das quantias pagas a título de antecipação do valor residual garantido. Apuração do devido em liquidação de sentença. Sentença mantida. Apelação não provida (Apelação Cível c/ revisão nº 0003046-29.2010.8.26.0072, Rel. Des. Mario A. Silveira, j. 11.08.2014).

Malgrado a alegação de abusividade contratual, a ação tem por objeto apenas a rescisão do contrato e a devolução do valor correspondente ao crédito do autor, o que ocorrerá apenas se for favorável, após a alienação.

Enfim, tem o autor direito à devolução do VRG mas não de imediato, mas após apuração do saldo devedor contratual e, se for o caso, compensando o respectivo montante, evitando-se prejuízos ao arrendante.

ARRENDAMENTO MERCANTIL. RESCISÃO CONTRATUAL. Possibilidade. Restituição dos valores pagos a título de Valor Residual Garantido. Possibilidade. O VRG serve de garantia, enquanto não finda a relação contratual, de modo a assegurar ulterior opção de compra. Com a rescisão do contrato e, por consequência, não exercida a opção de compra do bem, deve o Valor Residual Garantido ser restituído ao arrendatário, com desconto de eventual saldo devedor. **RECURSO DO RÉU NÃO PROVIDO** (Apelação Cível nº 0018929.05.2010.8.26.0011, 27ª Câmara de Direito Privado, rel. Desª Berenice Marcondes Machado, julgada em 14/5/2013).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Arrendamento mercantil. Em não sendo exercida a opção de compra, é cabível a devolução da quantia paga antecipadamente a título de valor residual garantido, com a compensação do montante devido pelo arrendatário, já considerada a importância obtida com a venda extrajudicial do veículo. Recurso improvido (Apelação Cível nº 0164332-63.2009.8.26.0100, Des. Rel. Gomes Varjão, 34ª Câmara da Seção de Direito Privado, julgada em 14/1/2013).

RECURSO ESPECIAL. REPETITIVO. RITO DO ARTIGO 543-C DO CPC. ARRENDAMENTO MERCANTIL. LEASING. INADIMPLEMENTO. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. VALOR RESIDUAL GARANTIDOR (VRG). FORMA DE DEVOLUÇÃO.

1. Para os efeitos do artigo 543-C do CPC: "Nas ações de reintegração de posse motivadas por inadimplemento de arrendamento mercantil financeiro, quando o produto da soma do VRG quitado com o valor da venda do bem for maior que o total pactuado como VRG na contratação, será direito do arrendatário receber a diferença, cabendo, porém, se estipulado no contrato, o prévio desconto de outras despesas ou encargos contratuais".

2. Aplicação ao caso concreto: recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido.

(REsp 1099212/RJ, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, Rel. p/ Acórdão Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/02/2013, DJe 04/04/2013)

Diante do exposto, **acolho em parte o pedido** apresentado, declaro rescindido o contrato, com a reintegração do réu na posse do bem, assegurando ao autor arrendatário a devolução do Valor Residual Garantido e do que eventualmente for apurado em seu favor,, porém em consonância com o posicionamento jurisprudencial já explicitado (Nas ações de reintegração de posse motivadas por inadimplemento de arrendamento mercantil financeiro, quando o produto da soma do VRG quitado com o valor da venda do bem for maior que o total pactuado como VRG na contratação, será direito do arrendatário receber a diferença, cabendo, porém, se estipulado no contrato, o prévio desconto de outras despesas ou encargos contratuais).

Responderão as partes pelos honorários de seus patronos e pelas custas processuais em igualdade, observando-se quanto ao autor o disposto no artigo 12 da Lei 1.060/50.

P.R.I.

São Carlos, 16 de janeiro de 2015.

Carlos Castilho Aguiar França

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**